

*duplicado de
Vol. 6.260*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direcção-Geral da Contabilidade Pública
Gabinete de Estudos António José Malheiro

12200
[Handwritten stamp]
COL/AR/12200

BALANÇO DA TESOURARIA DO ESTADO

Ensaio com referência a 31 de Dezembro de 1969

Pelo Chefe de Repartição, Luís das Neves Álvares



1. A Conta Geral do Estado incluiu em 1969, pela primeira vez, o Balanço da Tesouraria do Estado.

1.1. Trata-se de um ensaio com referência a 31 de Dezembro desse ano.

1.2. Do estudo foi encarregado o técnico distinto que é o Chefe da Repartição da Conta, Sr. Luís das N
eves Álvares, que o levou a efeito em curto prazo com uma dedicação que é justo registar e realçar.

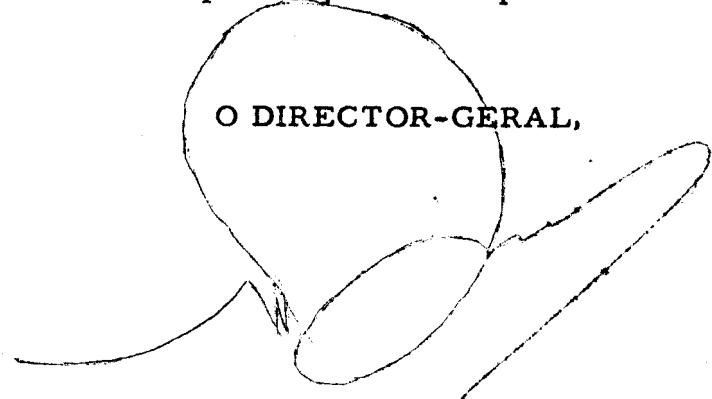
2. Na Conta Geral do Estado de 1969 apareceu apenas uma síntese numérica.

2.1. Convém que os funcionários desta Direcção-Geral, para bem apreenderem a síntese, tomem conhecimento das razões que lhe serviram de base.

3. Eis o que motivou a publicação deste opúsculo.

7. III. 1971.

O DIRECTOR-GERAL,



1. Dignou-se Sua Excelênciia o Secretário de Estado do Tesouro, em 4 de Fevereiro do corrente ano, proferir o despacho que, em parte, se transcreve:

".....

Outra inovação que me parece conveniente fazer inserir já na Conta Geral do Estado relativa a 1969 é o balanço da tesouraria. Com efeito, existem já os primeiros esboços do mesmo relativamente a datas anteriores feitos pela Comissão que está estudando as contas de tesouraria; por outro lado, a lei prevê a publicação de uma Conta de Património (verdadeiro Balanço Geral do Estado) e este balanço de tesouraria constitui um primeiro passo no sentido de vir a dar cumprimento à lei, como se impõe."

Por outro lado, no plano de trabalhos esboçado pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública para ser levado a efeito até fins de 1970, previu-se a elaboração de um primeiro ensaio do "Balanço da tesouraria" a incluir na Conta Geral do Estado do ano de 1969.

2. Conhecendo-se, através da Repartição da Conta daquela Direcção-Geral, os saldos devedores e credores, em dinheiro, das diversas contas de operações de tesouraria, parece à primeira vista que seria fácil organizar um "balanço da tesouraria", bastando para esse efeito transportar com a devida arrumação para o seu "activo" as somas existentes nos cofres públicos e nos banqueiros do Estado e o conjunto dos saldos das contas devedoras de operações de tesouraria e para o "passivo" o resumo das contas credoras.

Porém, como é sabido, alguns dos saldos das contas de operações de tesouraria estão longe de representarem a realidade.

2.1. A referida Repartição da Conta, de harmonia com a lei, limita-se a contabilizar aquelas contas, partindo dos números que recolhe das tabelas enviadas pelos cofres públicos, sem efectuar qualquer prévia conferência com as guias de receita de operações de tesouraria ou com os respectivos recibos de despesa, que, de resto, não acompanham as citadas tabelas.

Esta função de conferência cabe, legalmente, à Direcção-Geral da Fazenda Pública, a qual, no entanto, apenas controla, presentemente, a despesa realizada por operações de tesouraria.

Da incompleta conferência resulta não serem totalmente corrigidos todos os erros de escrita praticados pelos cofres públicos provenientes de troca de rubricas, originando assim o aparecimento de saldos que não traduzem a posição exacta das respectivas contas.

Por outro lado também, há neste momento,

vários cofres públicos que têm a sua escrita em atraso, dificultando ainda mais o apuramento dos verdadeiros saldos das contas de operações de tesouraria.

2.2. A Comissão de estudo destinada à elaboração do "orçamento de tesouraria", da qual o signatário faz parte, tem-se debruçado sobre este ponto, por ser essencial para a execução do trabalho que lhe está cometido, diligenciando que sejam corrigidos os saldos das contas de operações de tesouraria pela seguinte forma:

- pela revisão da escrita, com base nos respectivos documentos, em relação às contas susceptíveis desse procedimento;
- pela transferência para a "Conta especial a liquidar para encerramento das diversas contas de operações de tesouraria sem movimento" dos saldos das

contas nestas circunstâncias, cuja pro
veniência se desconhece;

- pela transferência para a conta "Saldos a regularizar de diversas contas" da parcela dos saldos das contas de operações de tesouraria com movimento que se sabe não ser real e que está afectando a veracidade dos mesmos saldos.

Deste modo, já se extinguiram ou acertaram mais de meia centena de contas. No entanto, algumas existem que continuam a apresentar, segundo se pensa, saldos que se afastam da realidade, pela impossibilidade, até este momento, de se apurar o seu valor efectivo.

Estão nestas condições, pelo menos, as contas destinadas à movimentação dos pagamentos a efectuar através dos banqueiros do Tesouro.

3. Para o projecto de balanço da tesouraria que se elaborou com referência a 31 de Dezembro de 1969, transportaram-se os saldos tal como se apresentam nos documentos que fazem parte da Conta Geral do Estado, embora dando-se-lhes a sistematização que foi definida na Comissão de estudo para a elaboração do orçamento de tesouraria.

No transporte dos mencionados saldos de operações de tesouraria apenas não se tomaram em consideração os saldos apresentados na Conta Geral do Estado para os banqueiros do Tesouro no país e no estrangeiro e para a conta "Cambiais", esta intimamente relacionada com as daqueles.

Os saldos que a Conta Geral do Estado apresenta no mapa das operações de tesouraria para os banqueiros do Tesouro estão longe da realidade, devido a atraso de contabilização das operações que lhe dizem respeito, por parte do cofre público que a tem a seu cargo.

3.1. Assim, teve de se socorrer dos valores que constam do extracto das contas correntes dos banqueiros enviados à Direcção-Geral da Fazenda Pública, em vez dos que constam da Conta Geral do Estado, levando a respectiva diferença à conta "Saldos a regularizar de diversas contas".

Relativamente à conta "Cambiais" fez-se o apuramento do saldo presumível em 31 de Dezembro de 1969, com base em elementos fornecidos pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, tendo sido esse o saldo considerado no Balanço, em vez do constante da Conta Geral do Estado.

4. O adjunto projecto de balanço da tesouraria (ANEXO I) contém no activo as seguintes rubricas:

1. Disponibilidades;
2. Fundos utilizados fora do âmbito da C.G.E.;
3. Utilizações de fundos a contabilizar no âmbito da C.G.E.;
4. Ajustamento de saldos.

4.1. Na rubrica "Disponibilidades" descrevem -se as somas em numerário de que o Tesouro dispunha em 31 de Dezembro de 1969 na metrópole, ultramar e estrangeiro:

- No Banco de Portugal, como caixa geral do Tesouro;
- Nos cofres públicos, abrangendo as tesourarias da Fazenda Pública, tesourarias das alfândegas continentais e insulares, tesouraria da Casa da Moeda e Consulados (ANEXO II);
- Em bancos portugueses, constituindo depósitos à ordem no continente (Banco de Portugal) e no ultramar (Banco de Angola e Banco Nacional Ultramarino) (ANEXO III);
- Em bancos estrangeiros, abrangendo todos os depósitos efectuados pelo Tesouro, quer à ordem, quer a prazo (ANEXO IV).

4.2. Nos "Fundos utilizados fora do âmbito

da C.G.E.", que constitui a rubrica designada sob o nº. 2, conforme se verifica pelas diversas subrubricas ali descritas, reúnem-se as contas de operações de tesouraria pelas quais se verificaram directamente saídas de numerário, sob a forma de adiantamentos, suprimentos ou empréstimos, e que estão aguardando reembolso.

No ANEXO V discriminam-se as contas de operações de tesouraria englobadas na designação genérica de "Outras utilizações".

4.3. A rubrica "Utilizações de fundos a contabilizar no âmbito da C.G.E." (ANEXO VI) compreende os saldos activos das contas de operações de tesouraria cuja regularização se deve efectuar através de despesa orçamental e que são:

"Encargos de transferências"

"Títulos de anulação pagos nos termos do artº. 12º. do Decreto nº.19968"

"Diferenças de câmbio a liquidar"

4.4. À rubrica "Ajustamento de saldos" (ANEXO VII) foram levados os saldos das contas de operações de tesouraria" Conta especial a liquidar para encerramento das diversas contas de operações de tesouraria sem movimento" e "Saldos a regularizar de diversas contas", esta última destinada à contabilização da parcela dos saldos das contas de operações de tesouraria que se apurou não terem significado.

5. O passivo do Balanço é constituído pelas seguintes rubricas:

5. Ordens de pagamento em trânsito e transferências de fundos;
6. Saldos resultantes de operações estranhas ao âmbito da C.G.E.;
7. Saldos de diversas proveniências susceptíveis de entrarem no âmbito da C.G.E.;
8. Promissórias de fomento nacional por amortizar;
9. Produto de empréstimos (excluindo promissórias de fomento nacional) que não constitui receita na C.G.E.;

10. Operações de amoedação;
11. Excesso das receitas sobre as despesas apuradas na C.G.E., a partir de 1928-1929 e ainda por aplicação.

5.1. Consideram-se na rubrica "Ordens de pagamento em trânsito e transferências de fundos" (ANEXO VIII) os saldos das contas de operações de tesouraria referentes a "Transferência de fundos" e a "Cambiais", o destas apurado pela forma descrita em 3.1. (ANEXO IX)

Estas duas contas, quando apresentam saldo passivo, constituem indicação de que estão por contabilizar pelos cofres públicos determinadas operações que influenciam desfavoravelmente as disponibilidades do Tesouro registadas na escrita.

Assim, na conta "Cambiais", a existência de um saldo passivo representa que há ordens de pagamento sobre os banqueiros processadas ou a processar pela Direcção-Geral da Fazenda Pública que ainda não

se concretizaram na escrita do Tesouro, na parte referente à respectiva saída de fundos.

Quanto à conta "Transferência de fundos", o saldo que apresenta é explicado pelo facto de na escrita do Tesouro já estar registada a entrada de numerário em determinados cofres sem que tenha sido contabilizada a respectiva saída efectuada pelos cofres que transferiram esse numerário.

Esta circunstância deriva, essencialmente, do movimento dos Consulados que, normalmente, é escrutado com certo atraso.

5.2. A rubrica "Saldos resultantes de operações estranhas ao âmbito da C.G.E.", como se verifica pelas respectivas subrubricas, abrange os saldos devedores do movimento de fundos por conta de terceiros ou por conta do próprio Estado, realizado exclusivamente através de operações de tesouraria.

A subrubrica "Outros" inclui os saldos de

vedores das contas de operações de tesouraria descritas no ANEXO X.

5.3. Sob a designação de "Saldos de diversas proveniências susceptíveis de entrarem no âmbito da C.G.E.", pelo contrário, incluem-se os saldos das contas de operações de tesouraria que poderão vir, em dado momento, à execução orçamental, para constituir rem receita efectiva do Tesouro ou compensação de determinadas despesas orçamentais.

Podemos citar, como exemplo do primeiro caso, o saldo de "Receitas aduaneiras sujeitas a liquidação" que será transferido para receita orçamental classificada nos impostos indirectos, à medida que forem sendo liquidados os depósitos que constituem aquele saldo, efectuados por particulares em garantia do pagamento de impostos alfandegários.

Do segundo caso, ou seja dos saldos a transferir para receita orçamental em compensação

de certas despesas incluídas no Orçamento Geral do Estado, poderá indicar-se, entre outros, os referentes às receitas consignadas ao Fundo de Fomento de Exportação.

Igualmente no ANEXO XI se discriminam as contas de operações de tesouraria que foram consideradas na rubrica genérica de "Quantias de diversas proveniências".

5.4. A rubrica "Promissórias de fomento nacional por amortizar" é representativa da dívida efectiva das promissórias emitidas nos termos do Decreto—Lei nº. 42 946, de 27 de Abril de 1960.

Trata-se de dívida pública que é movimentada exclusivamente por operações de tesouraria.

Para apuramento das disponibilidades existentes no produto das promissórias terá que se deduzir ao saldo desta conta o montante das aplicações já efectuadas, descritas no activo sob a designação de

"Empréstimos e suprimentos em aplicação do produto da emissão de promissórias de fomento nacional".

5.5. Por último, as contas do passivo designadas por

- Produto de empréstimos (excluindo promissórias de fomento nacional) que não constituiu receita na C.G.E. (ANEXO XII);
- Operações de amoedação;
- Excesso das receitas sobre as despesas apuradas nas C.G.E., a partir de 1928-1929 e ainda por aplicar

são representativas dos recursos de que o Tesouro dispõe do produto de empréstimos, lucros de amoedação e saldos de anos findos para dar cobertura a despesas orçamentais extraordinárias.

Os saldos apresentados estão cativos para a execução orçamental do ano de 1970.

A N E X O S

A C T I V O

1.	Disponibilidades	
1.1.	Na Caixa Geral do Tesouro	2 011 956 086\$50
1.2.	Nos cofres públicos (Anexo I)	434 126 630\$47
1.3.	Em bancos portugueses	191 788 149\$63
1.4.	Em bancos estrangeiros	968 905 318\$90
2.	Fundos utilizados fora do âmbito da C.G.E.:	
2.1.	Suprimento a Moçambique	100 000 000\$00
2.2.	Suprimentos ao extinto Fundo de Fomento Nacional	466 285 869\$60
2.3.	Empréstimos e suprimentos em aplicação do produto da emissão de promissórias do fomento nacional	
2.3.1.	Banco de Fomento Nacional	176 300 000\$00
2.3.2.	Províncias ultramarinas	3 338 752 548\$90
2.4.	Aplicações efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº. 49/240:	
2.4.1.	Constituição de depósitos a prazo	30 000 000\$00
2.4.2.	Aquisição de títulos do Estado	12 387 500\$00
2.4.3.	Outras aplicações rentáveis	498 907 950\$40
2.5.	Vales ultramarinos	40 882 775\$80
2.6.	Vales internacionais	525 433 294\$60
2.7.	Operações a liquidar	350 480 101\$46
2.8.	Outras utilizações	73 313 043\$04
3.	Utilizações de fundos a contabilizar no âmbito da C.G.E.	229 967 592\$83
4.	Ajustamento de saldos	1 684 167 624\$52

P A S S I V O

5.	Ordens de pagamento em trânsito e transferências de fundos	627 791 131\$65
6.	Saldos resultantes de operações estranhas ao âmbito da C.G.E.:	
6.1.	Correios, telegrafos e telefones	201 964 329\$00
6.2.	Emissora Nacional de Radiodifusão	33 199 840\$00
6.3.	Fundo do Desemprego	77 895 612\$60
6.4.	Caixa Geral de Depósitos	87 235 019\$24
6.5.	Vales nacionais	58 132 955\$10
6.6.	Banco Nacional Ultramarino	210 737 955\$30
6.7.	Outros	815 490 610\$28
7.	Saldos de diversas proveniências susceptíveis de entrarem no âmbito da C.G.E.:	
7.1.	Assistência na tuberculose aos funcionários e seus familiares	123 802 627\$10
7.2.	Receitas aduaneiras sujeitas a liquidação	1 008 390 702\$11
7.3.	Entregas feitas por Moçambique para amortização do empréstimo contraído em 1947	82 211 848\$90
7.4.	Promissórias a favor do B.I.N.D.	41 388 750\$00
7.5.	Conta de compensação de juros de crédito	212 459 040\$20
7.6.	Receitas consignadas ao F.F.E.	1 236 141 869\$60
7.7.	Quantias de diversas proveniências	247 885 007\$76
8.	Promissórias de fomento nacional por amortizar	3 700 000 000\$00
9.	Produto de empréstimos (excluindo promissórias de fomento nacional) que não constituiu receita na C.G.E.	1 313 860 790\$60
10.	Operações de amoedação	7 158 548\$60
11.	Excessos das receitas sobre as despesas apuradas nas C.G.E., a partir de 1928-1929 e ainda não aplicados	1 047 907 848\$61
		11 133 654 486\$65

1. Disponibilidades1. 2. Nos cofres públicos

Aveiro	7	180	592\$00
Beja	2	311	737\$00
Braga	10	405	305\$10
Bragança	11	366	648\$40
Castelo Branco	5	633	289\$60
Coimbra	4	071	919\$30
Évora	2	183	395\$20
Faro	4	212	136\$80
Guarda	6	823	800\$30
Leiria	8	143	898\$60
Lisboa	47	973\$20	
Portalegre	33	245\$10	
Porto	426	783\$80	
Santarém	7	143	203\$30
Setúbal			-\$-
Viana do Castelo	4	923	296\$00
Vila Real	6	573	439\$10
Viseu	8	599	873\$90
Angra do Heroísmo	5	237	969\$50
Funchal	9	839	998\$50
Horta		696	989\$40
Ponta Delgada	7	307	682\$80
Casa da Moeda	1	553	795\$30
Alfândega de Lisboa	246	644	453\$10
Alfândega do Porto	28	021	894\$40
Repartição do Tesouro			-\$-
Consulados		44	743 312\$77
		434	126 630\$47

ANEXO III

1. Disponibilidades

1. 3. Em bancos portugueses

- Saldos constantes dos extractos das contas do Tesouro referidos a 31-XII-969, enviados pelos bancos queiros à Direcção-Geral da Fazenda Pública:

Banco de Angola (Luanda)	24 495 221\$70
Banco Nacional Ultramarino (Lourenço Marques)	141 236 544\$00
Banco de Portugal - Conta depósito nº. 3293	26 056 383\$93
	<hr/>
	191 788 149\$63
	<hr/>
- Saldo apresentado pela Conta Geral do Estado de 1969 ..	999 285 342\$40

- Diferença levada no "Balanço" à conta "Ajustamento de saldos"	<hr/>
	807 497 192\$77

ANEXO IV

1. Disponibilidades

1. 4. Em bancos estrangeiros

- Saldos constantes dos extractos das contas do Tesouro, referidos a 31-XII-969, enviados pelos banqueiros à Direcção-Geral da Fazenda Pública:

Contas à ordem:

Estados Unidos:

Bank of America National Trust and Savings Assoc.	53 254 413\$50
The Chase Manhattan Bank.....	75 493 635\$50
Continental Bank International	87 462 740\$20
First National City Bank	17 691 700\$30
Irving Trust Cº.	6 548 664\$60
Morgan Guaranty Trust Cº.	3 941 695\$60

França:

Banque Franco Portugaise d'Autre Mer	192 284 123\$80
Credit Lyonnais	18 239 467\$10

Reino Unido:

Anglo Portuguese Bank Ltd.	122 334\$70
Baring Brothers & Cº. Ltd.	4 647 618\$80
Midland Bank Ltd.	2 889 496\$30

República Federal Alemã:

Deustche Bundesbank	75 699 315\$90
---------------------------	----------------

Suíça:

Société de Banque Suisse	1 500 874\$70
--------------------------------	---------------

Brasil:

Agência Financial do Rio de Janeiro.	2 874 832\$90
--------------------------------------	---------------

Contas a prazo:

Estados Unidos:

The Chase Manhattan Bank	80 945 280\$00
Chemical Bank New York Trust Company	114 816 000\$00
Continental Illinois National Ba and Trust Company of Chicago	57 408 000\$00
Manufacturers Hanover Trust Company	86 973 120\$00

Reino Unido:

Baring Brothers & Cº. Ltd.....	<u>86 112 000\$00</u>
	968 905 318\$90

- Saldo apresentado pela Conta Geral do Estado de 1969 1 595 573 428\$52
- Diferença levada no "Balanço" à conta "Ajustamento de saldos" 626 668 109\$62

2. Fundos utilizados fora do âmbito da C.G.E.

2. 8. Outras utilizações

DEPÓSITOS EM COFRES DO TESOURO

Depósitos de importâncias correspondentes a despesas realizadas pelo Estado em edifícios públicos	8 087 678\$50
Multas por infracções fiscais - Parte dos funcionários das contribuições e impostos	9 060\$00

OPERAÇÕES DIVERSAS

Alcances	16 713 912\$14
Comparticipações entregues pelo Fundo do Desemprego para despesas previstas no ITI Plano de Fomento ..	18 490 595\$40
Comparticipação do Tesouro e da Junta Nacional da Marinha Mercante na construção da Escola Náutica Infantil D. Henrique	872 932\$60
Financiamentos para empreendimentos previstos em planos de fomento a realizar através do O.G.E.	10 799 271\$20
Participação no Fundo Europeu, nos termos do acordo aprovado pelo Decreto-Lei nº. 42 803, de 13 de Janeiro de 1960	18 339 593\$20
	<hr/>
	73 313 043\$04

ANEXO VI

3. Utilizações de fundos a contabilizar no
âmbito da C.G.E.

OPERAÇÕES DIVERSAS

Diferenças de câmbio a liquidar 72 083 848\$92

Encargos de transferências 3 437\$70

Títulos de anulação pagos nos termos
do artº. 12º. do Decreto-Lei nº.

19 968, de 29 de Junho de 1931... 157 880 306\$21

229 967 592\$83

ANEXO VII

4. Ajustamento de saldos

CONTAS DE ORDEM

Conta especial a liquidar para encerramento das diversas contas de operações de tesouraria sem movimento	331 600 667\$01
Saldos a regularizar de diversas contas	<u>450 747 430\$95</u>
	119 146 763\$94

Diferença que se verifica entre a totalidade dos saldos constantes dos extractos das contas do Tesouro apresentadas pelos banqueiros nacionais e o valor que apresenta a Conta Geral do Estado de 1969. 807 497 192\$77

Idem, em relação aos banqueiros no estrangeiro. 626 668 109\$62

Diferença entre o saldo da conta "Cambiais" apresentado pela Conta Geral do Estado de 1969 e o apurado de harmonia com os elementos fornecidos pela D.G.da Fazenda Pública 369 149 086\$07 1 803 314 388\$46
1 684 167 624\$52

ANEXO VIII

5. Ordens de pagamento em trânsito e transferências de fundos

CAMBIAIS

- Saldo constante da Conta Geral do Estado do ano de 1969 807 426\$26
- Diferença entre o valor que a Conta Geral do Estado apresenta e o saldo efectivo, apurado com base em elementos fornecidos pela D.G. da Fazenda Pública (anexo junto), e que no "Balanço" é levada à conta "Ajustamento de saldos" 369 149 086\$07
- Saldo da conta "Cambiais" considerado no Balanço 369 956 512\$33

TRANSFERENCIA DE FUNDOS

- Saldo constante da Conta Geral do Estado de 1969 257 834 619\$32
627 791 131\$65

ANEXO IX

APURAMENTO DO SALDO DA CONTA "CÂMBIAIS", DE HARMONIA COM OS ELEMENTOS FORNECIDOS PELA DIRECÇÃO-GERAL DA FAZENDA PÚBLICA:

Câmbiais emitidas pela D.G. da Fazenda Pública em 1969 mas não consideradas pelos banqueiros nacionais nos extractos das contas abertas pelo Tesouro, relativos a 31 de Dezembro daquele ano, remetidos à referida Direcção-Geral	358 161\$73
Idem, relativamente aos banqueiros no estrangeiro	404 876 809\$50
Câmbiais emitidas pela D.G. da Fazenda Pública em 1970, relativas a autorizações de pagamento expedidas em 1969 pelas Repartições de Contabilidade a favor daquela D.G., em conta de dotações do O.G.E.	17 835 788\$80
Câmbiais emitidas pela D.G. da Fazenda Pública em 1970 ou ainda por emitir, de conta de depósitos efectuados, em 1969, na Caixa Geral do Tesouro no Banco de Portugal, por serviços públicos com autonomia	26 124 153\$50
	<hr/>
	449 194 913\$53
Reforços das contas abertas pelo Tesouro em banqueiros estrangeiros, efectuados pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, mas não considerados pelos banqueiros	

nos extractos referentes a 31 de Dezembro e reme- tidos àquela D.G.	71 975 179\$40
Saque de marinha ordenados e pagos em 1969, mas só regularizados por via or- çamental em 1970	5 853 406\$90
Cambiais emitidas pela Direc- ção-Geral da Fazenda Pú- blica em 1969, por conta de autorizações de paga- mento expedidas pelas Re- partições de Contabilida- de em 1970, em conta das dotações do O.G.E.	<u>1 409 814\$90</u> <u>79 238 401\$20</u> <u>369 956 512\$33</u>

6. Saldos resultantes de operações estranhas ao âmbito da C.G.E.:

6.7. Outros

RENDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OUTROS

De corpos administrativos:

Juntas distritais (Impostos para as)	5 748 946\$90
Juntas gerais autónomas (Receitas para as)	11 263 472\$50

Câmaras Municipais:

Impostos directos para as	60 749 595\$22
Impostos indirectos para as	5 765 641\$10
Adicional sobre a renda cobrada pelo Estado relativa à produção de energia eléctrica, nos termos do Decreto-Lei nº. 43 335, de 19 de Novembro de 1960	885 782\$50
Juntas de freguesia (Impostos para as)	189 361\$92

De pessoas colectivas de utilidade pública administrativa:

Misericórdia de Setúbal	1\$40
Misericórdia do Funchal (hospital)....	333 541\$80

De serviços públicos e fundos autónomos:

Fundo de abastecimento, criado pelo Decreto-Lei nº. 36 501, de 9 de Setembro de 1947	120 750\$00
Fundo de Acção Social Escolar da Mocidade Portuguesa	34 460\$00

Fundo de Fomento e de Propaganda do Café	8 346\$00
Fundo de Melhoramentos Agrícolas...	110 230\$40
Fundo de Socorro Social	884 043\$20
Hospitais	9 758 610\$40

De organismos de coordenação económica:

Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama	86 519\$80
Comissão Reguladora do Comércio de Arroz	8 101\$30
Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau	263 892\$70
Comissão Reguladora das Oleaginosas e Óleos Vegetais	721 845\$00
Comissão Reguladora dos Produtos Quí- micos e Farmacêuticos	2 080 960\$00
Institutos do Algodão de Angola e Mo- çambique	68 639\$50
Instituto Português de Conservas de Peixe	212 523\$30
Junta Nacional da Cortiça	397 532\$20
Junta Nacional dos Produtos Pecuá- rios	513 951\$60
Junta Nacional dos Resinosos	320 197\$80

De organismos corporativos:

Casas dos Pescadores	185 822\$90
Grémio dos Armadores da Pesca do Atum	51\$30
Grémio dos Armadores da Pesca da Sar- dinha	38 677\$90

De diversos organismos:

Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos - Compartici- pação no imposto sobre tabacos cobrado nas ilhas adjacentes..	216 051\$10
Comissões distritais de assistência	117 856\$20
Instituições de assistência - Des- contos ordenados pelas comis- sões arbitrais	12 617\$40
Legião Portuguesa (estampilhas)...	97\$50
Liga dos Combatentes (estampilhas)	743 648\$10
Mútua dos Pescadores	41 673\$30
Previdência social (estampilhas)..	122 074\$00
Receitas cobradas através dos tri- bunais de 1ª. instância das con- tribuições e impostos	12 038 257\$60
Receitas dos estabelecimentos refe- ridos no Decreto-Lei nº.36 448, de 1 de Agosto de 1947	381 405\$70
Zonas de turismo	3 103 4.5\$92

DESCONTOS PARA SERVIÇOS DE PREVIDÊNCIA,
ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO SOCIAL

Caixas de aposentação e reforma:

Caixa Geral de Aposentações	14 736 816\$38
Caixa de reformas e pensões e outros organismos de previdência do pes- soal ferroviário do Estado	567\$00

Montepios:

Montepio dos Servidores do Estado... 986 860\$07

Fundos de previdência:

Caixa de Previdência Aduaneira	23 384\$00
Caixa de Previdência dos Funcionários do Ministério da Educação Nacional	1 171 735\$70
Cofre de Previdência	4 110 208\$50
Cofre de Previdência das Forças Armadas	7 189\$00
Previdência dos Ferroviários de Portugal	520\$00

Organismos e fundos de assistência:

Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado	35 012\$30
Instituto do Professorado Oficial Português	375 589\$00
Obra Social do Ministério do Ultramar	41 175\$00
Serviços Sociais das Forças Armadas	2 295\$00
Serviços Sociais da Guarda Fiscal..	40 476\$70

Cooperativas:

Cooperativa dos Funcionários Civis do Porto	2 059\$80
---------------------------------------------------	-----------

DEPÓSITOS EM COFRES DO TESOURO

Cauções e depósitos de garantia:

Cauções de prestamistas	12 500\$00
-------------------------------	------------

Cauções de responsáveis	3 768 642\$69
Depósito nos termos das leis de recrutamento do Exército e da Armada	18 175 795\$76
Depósito nos termos do artº. 17º. do contrato com o Banco de Portugal de 29 de Junho de 1931 (notas retiradas da circulação)...	25 749 089\$12
Garantia de contratos	1 122 880\$51

Direitos alfandegários:

Direitos de carvão de pedra sujeitos a restituição	945\$00
Fundo de compensação para importação de açúcar no arquipélago da Madeira	37 020 587\$00
Imposto do comércio marítimo sobre carvão de pedra e óleos minerais sujeitos a restituição	53 056\$60

Outros depósitos:

Custas em processos das contribuições e impostos	7 870 815\$47
Depósito-Conta emolumentos pessoais cobrados nas direcções e repartições de finanças	430 322\$63
Depósito-Conta louvados nas avaliações por contestação de valores e outras	1 220 298\$05
Depósito-Conta Ultramar	450 096\$20
Depósito de custas, multas e emolumenotos a distribuir nos termos da alínea b) do artº. 17º. do Decreto-Lei nº. 48 405, de 29 de Maio de 1968	3 650 607\$40

Depósitos diversos	417 004 279\$56
Espólios	1 071 912\$02
Multas arrecadadas nos termos do artº 22º. do Decreto-Lei nº. 44 235, de 14 de Março de 1962	8 481\$70
Multas - Parte pertencente aos au- tuantes e denunciantes	528 975\$34

MOVIMENTAÇÃO DE FUNDOS DIVERSOS

Fundo dos municípios e outros corpor ad- ministrativos	111 794 807\$10
-----------------------------------------------------------------	-----------------

OPERAÇÕES DIVERSAS

Execuções fiscais	404 192\$48
Fundo do Palácio da Independência	314 298\$66
Fundo proveniente do adiantamento provis- to no Acordo Luso-Alemão	45 775 501\$70
Mínimos provenientes de arredondamentos efectuados por virtude do dispos- to no artº. 3º. do Decreto-Lei nº. 37 120, de 27 de Outubro de 1948	<u>1\$38</u>
	<u>815 490 610\$28</u>

ANEXO XI

7. Saldos de diversas proveniências suspeitáveis de entrarem no âmbito da C.G.E.

7.7. Quantias de diversas proveniencias

RENDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OUTROS

De serviços públicos e fundos autónomos:

Junta do Crédito Público (estampilhas de aforro) 2 599\$00

De diversos organismos:

Serviços pecuários - Luta contra a peste suína africana 8 569 123\$80

DEPÓSITOS EM COFRES DO TESOURO

Cauções e depósitos de garantia:

Depósito de garantia de despesas regularizadas pelo Estado a requisição de particulares 4 506 506\$06

Outros depósitos:

Depósito - Conta fomento e fiscalização da pesca, fiscalização da caça e fomento cinegético 1 232 007\$20

BANCOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações de crédito:

Produto da venda de certificados de aforro emitidos nos termos do artº 14º. do Decreto-Lei nº. 43 453, de 30 de Dezembro de 1960 - Conta correntes nas tesourarias da Fazenda Pública a transferir para a Junta do Crédito Público 5 548 300\$00

MOVIMENTAÇÃO DE FUNDOS DIVERSOS

Subsídio ao Fundo de Fomento Nacional . 6 090 729\$90

OPERAÇÕES DIVERSAS

Ampliação do porto do Funchal 7 182 963\$60

Comissões e prémios por avales e garantias prestadas às operações de crédito e seguro de créditos à exportação nacional 501 969\$40

Comparticipação dos organismos ultramarinos e do Fundo de Desemprego na cons

trução dos edifícios dos Institu-	
tos de Medicina Tropical e Supe-	
rior de Ciências Sociais e Polí-	
tica Ultramarina e do Palácio e	
Museu do Ultramar	22 713 846\$90
 Construção da doca de pesca de Vila	
Real de Sto. António	646 539\$00
 Fundo de contrapartida do Plano	
Marshall a aplicar por serviços	
do Estado	582 928\$70
 Fundo para equipamento militar	113 324 519\$30
Fundo para obras nos Açores previs-	
tas no Decreto-Lei nº. 45 885,de	
24 de Agosto de 1964	217 785\$30
 Obras nos portos do distrito de An-	
gra do Heroísmo	100 000\$00

CONTAS DE ORDEM

Operações de regularização da escri-	
ta orçamental	<u>76 865 189\$60</u>
	<u>247 885 007\$76</u>

ANEXO XII

8. Produto de empréstimos (excluindo promissórias de fomento nacional) que não constituiu receita na C.G.E.

BANCOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações de crédito:

Produto do empréstimo - Obrigações do Tesouro - 5 por cento, 1967 - Fomento Económico	790 524 574\$40
Produto do empréstimo - Obrigações de Tesouro - 5 por cento, 1969 - III Plano de Fomento	12 388 000\$00
Produto da venda de certificados da dívida pública emitidos nos termos do Decreto-Lei nº. 37 440, de 6 de Junho de 1949	280 000 000\$00
Produto da venda de certificados da dívida pública emitidos nos termos do Decreto-Lei nº. 37 440, de 6 de Junho de 1949 - Saúde - III Plano de Fomento .	30 000 000\$00
Produto da venda de certificados da dívida pública emitidos nos termos do artº. 13º. do Decreto-Lei nº.43 453, de 30 de Dezembro de 1960	90 000 000\$00
Produto da venda de certificados de aforro emitidos nos termos do artº. 14º. do Decreto-Lei nº. 43 453, de 30 de Dezembro de 1960 - Conta transferência da Junta do Crédito Público para o Tesouro	110 948 216\$20
	<u>1 313 860 790\$60</u>

... (Continuação da pág. anterior) ...

... (Continuação da pág. anterior) ...

... (Continuação da pág. anterior) ...

GABINETE DE ESTUDOS ANTÓNIO JOSÉ MALHEIRO

... (Continuação da pág. anterior) ...

A) PUBLICAÇÕES DIVERSAS

Em 1945:

- 1 - Organização do programa dos concursos para as diferentes categorias do quadro do pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. (Esgotada).

... (Continuação da pág. anterior) ...

Em 1949:

- 2 - 20 Anos de Administração Pública, pelo Dr. Aureliano Felismino. (Esgotada).

Em 1950:

- 3 - Instruções para o processamento de folhas de despesa e requisições de fundos. (Esgotada).

Em 1951:

- 4 - Finanças Nacionais, pelo Dr. Joaquim José de Paiva Corrêa. (Esgotada).

... (Continuação da pág. anterior) ...

- 5 - Palestras profissionais destinadas aos opositores a concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. (Esgotada).

- 6 - A Macroeconomia e a Ciência das Finanças, pelo Dr. Joaquim José de Paiva Corrêa.

Em 1952:

7 - Servidores civis subscritores da Caixa Geral de Aposentações vítimas de desastre em serviço. (Instruções tendentes a facilitar a execução do Decreto-Lei nº. 38 523, de 23 de Novembro de 1951). (Continuação da pág. anterior)

- 8 - Apontamentos para segundos-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.

- 9 - Apontamentos para primeiros-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.

Em 1953:

10 - Orçamento Geral do Estado. - Instruções elaboradas nos termos do nº. 4º da Portaria nº. 14 389, de 18 de Maio de 1953, a observar pelos Serviços na organização dos projectos de orçamento e pelas repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública na sua coordenação e informação.

11 - Subsídios para a organização do Balanço do Estado. (Esgotada).

12 - Apontamentos para terceiros-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.

Em 1954:

- 13 - Abono de família dos servidores do Estado. (Instruções para a execução do Decreto-Lei nº. 39 844, de 7 de Outubro de 1954. (Esgotada).
- 14 - Apontamentos para aspirantes, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 11 039, de 27 de Julho de 1945.

Em 1955:

- 15 - Normalização de informações e forma de apresentação de processos. (Esgotada).
- 16 - Os primeiros dez anos de vida do Gabinete de Estudos António José Malheiro.

Em 1956:

- 17 - Aquisições do Estado, autorização de despesas e dispensa de concurso público e contrato escrito (artigo 14º. da Lei nº. 2079, de 21 de Dezembro de 1955). (Esgotada).
- 18 - Contas de exploração e de estabelecimento das empresas do Estado (estrutura do mapa nº. 2 do preâmbulo do Orçamento Geral do Estado).
- 19 - Rendimento médio. (Esgotada).
- 20 - Orçamentos privativos - Instruções elaboradas nos termos do nº. 5º. da Portaria nº. 16 009, de 19 de Outubro de 1956, para preenchimento dos impressos a utilizar na apresentação a visto ministerial dos orçamentos privativos dos Serviços, aprovados por despacho de Sua Exceléncia o Ministro das Finanças, de 29 de Outubro de 1956. (Esgotada).
- 21 - Despesas de anos económicos findos. (Esgotada).
- 22 - Controle do trabalho em cada uma das secções. (Esgotada).

Em 1957:

- 23 - Remunerações acessórias. Regime de abonos na acumulação de cargos. Ajudas de custo (Decreto-Lei nº. 40 872, de 23 de Novembro de 1956). Instruções para a sua execução aprovadas por despacho de Sua Exceléncia o Ministro das Finanças, de 4 de Janeiro de 1957. (Esgotada).
- 24 - Para uma melhor consciência administrativa: 1. Vamos racionalizar a utilização dos impressos?
- 25 - A selecção do pessoal para funções de chefia. (Esgotada).
- 26 - Comissão de Compras da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Seu funcionamento.
- 27 - Para uma melhor consciência administrativa: 2. Vamos racionalizar a utilização dos artigos de expediente? (Esgotada).
- 28 - O fundador do Gabinete de Estudos António José Malheiro. (Palestra proferida em 14 de Junho de 1957 pelo Director-Geral da Contabilidade Pública, na inauguração de uma sala de cursos).
- 29 - I Seminário para opositores ao concurso para chefes de secção.
- 30 - A Escola Nacional de Administração em França. (Esgotada).
- 31 - Despesas públicas - Seus efeitos económicos.
- 32 - Actividades económicas de Serviços do Estado - Uniformização da escrita dígráfica e sua ligação com a contabilidade orçamental. (Esgotada).

Em 1958:

- 33 - Abono de família dos servidores do Estado. (Instruções para a execução do Decreto-Lei nº. 39 844, de 7 de Outubro de 1954, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis nºs. 41 523 e 41 671, respectivamente de 6 de Fevereiro e de 11 de Junho de 1958). (Esgotada).

Em 1959:

- 34 - Método a seguir na conferência de recibos e averbamento destes nas autorizações de pagamento. (Esgotada).
- 35 - A estrutura e o funcionamento do Ministério das Finanças - A importância e a estrutura das receitas e despesas públicas em função do desenvolvimento económico do País.
- 36 - Inauguração da Biblioteca e tarefas adicionais para 1959. (Esgotada).
- 37 - II Seminário - Apreciação e discussão do trabalho do primeiro-oficial Luís Gonzaga Ferreira e Nandes Tavares, subordinado ao título: "Novas perspectivas no domínio da ciência das finanças". (Esgotada).
- 38 - Valorização profissional do Pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. (Palestra proferida pelo Chefe da 12ª. Repartição, Dr. Henrique Daries Louro). (Esgotada).
- 39 - Colóquio entre os Chefes de Secção da Conta sobre métodos de conferência de recibos, das contas de pagamento e averbamento das autorizações expedidas. (Esgotada).
- 40 - Tabelas de abonos e descontos ao pessoal do ensino primário e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas. (Esgotada).
- 41 - Tabelas para o cálculo e processamento de abonos aos funcionários colocados nos Serviços regionais do Ministério da Economia. (Esgotada).

Em 1960:

- 42 - A simplificação efectuada no orçamento de 1960 nos agrupamentos das receitas públicas. (Palestra proferida pelo Adjunto do Chefe da 1ª. Repartição, Joaquim das Neves Santos).
- 43 - O problema da mecanização do processamento dos abonos dos Servidores e pensionistas do Estado. (Palestra proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves).
- 44 - Construir o futuro sobre as posições conquistadas. (Palavras proferidas em 27 de Abril de 1960 pelo Dr. Aureliano Felismino, no Gabinete de Estudos António José Malheiros).
- 45 - Abonos às famílias de falecidos servidores. (Instruções para a execução do Decreto-Lei nº. 42 947, de 27 de Abril de 1960, e Portaria nº. 17.698, da mesma data, aprovando os modelos de impressos a utilizar).
- 46 - Organização e métodos nas Repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, pelo Dr. Fernando Natividade Alves, Adjunto do Director-Geral da Contabilidade Pública.
- 47 - Tabelas de abonos e descontos aos assalariados de carácter permanente colocados nos Serviços (sem autonomia) regionais do Ministério da Economia e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.
- 48 - Palestras proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública da Suíça, Dr. Maurice Heimann.
- 49 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários dos Serviços regionais do Ministério das Finanças.
- 50 - Elementos para a montagem da contabilidade dígráfica de um estabelecimento do Estado com autonomia administrativa e financeira, pelo Dr. Jorge Naves.
- 51 - Tabelas de abonos e descontos aos Magistrados e funcionários dos Tribunais do Trabalho e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.
- 52 - Para uma classificação económica das despesas públicas (Ensaio), pelo primeiro-oficial António Faria Moita. O princípio hedonístico e a produtividade dos Serviços públicos - Manifestações espontâneas e providências adequadas através dos tempos, pelo segundo-oficial João Maria da Silva.
- 53 - Trabalhos de remodelação do Arquivo-Geral da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.
- 54 - Colóquio entre os chefes das secções de liquidação sobre métodos a seguir na conferência de folhas (das 2ª. e 3ª. classes de despesas) e de requisições de fundos.

Em 1961:

- 55 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários colocados nos Serviços regionais do Ministério das Obras Públicas e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.
- 56 - Organização e métodos - Algumas notas. (Palestra proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves). (Esgotada).
- 57 - Tabelas de abonos e descontos aos assalariados de carácter permanente colocados nos Serviços (sem autonomia) regionais do Ministério das Obras Públicas e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.
- 58 - Contabilidade do Estado; Balanço. Ponto do programa do concurso para chefes de secção. (Palestra proferida pelo Chefe da 2^a. Repartição, Raul da Silva Baptista).
- 59 - A classificação das despesas públicas e a progressão do sector extraordinário. — Alguns subsídios para facilitar o estudo dos seguintes pontos: Balança Comercial e Balança de pagamentos; Rendimento Nacional (Noções). (Palestras proferidas pelo Chefe da Repartição da Conta, Joaquim das Neves Santos). (Esgotada).
- 60 - Temas de administração pública, pelo primeiro-oficial António Leal Telo. (Esgotada).

Em 1962:

- 61 - Trabalhos dactilográficos - Alguns conselhos para o seu aperfeiçoamento. (Palestra proferida pelo Chefe da Repartição do Abono de Família e das Pensões, Dario Gonçalves).
- 62 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários do Estado e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.
- 63 - Apontamentos para terceiros-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 18.596, de 14 de Julho de 1961.
- 64 - Instruções para a contabilização geral das receitas e despesas dos Serviços com autonomia administrativa. (Esgotada).
- 65 - Apontamentos para segundos-oficiais, de harmonia com o programa dos concursos aprovado pela Portaria nº. 18.596, de 14 de Julho de 1961.
- 66 - Política profissional - Palavras proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública, no acto de posse dos novos terceiros-oficiais realizado em 26 de Novembro de 1962. (Esgotada).

Em 1963:

- 67 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários colocados nos Serviços regionais do Ministério da Justiça e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.
- 68 - Necessidade de formar e aperfeiçoar o pessoal burocrático - por António Júlio Simões de Aguiar.
- 69 - Instruções para a escrituração do livro de contas-correntes com as dotações orçamentais. (Serviços com autonomia administrativa). (Esgotada).
- 70 - Instruções para a escrituração do livro de contas-correntes com as dotações orçamentais. (Serviços sem autonomia administrativa).
- 71 - Instruções a observar na liquidação dos abonos dos servidores e Pensionistas do Estado a incluir em folhas a elaborar por processo mecanográfico.
- 72 - Reorganização dos Serviços da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. (Esgotada).
- 73 - Alguns aspectos da intervenção do Estado na vida económica - pelo segundo-oficial Diogo Pires Neves.

Em 1964:

- 74 - A expansão da despesa extraordinária e o problema da sua cobertura, pelo Dr. Aureliano Felismino.

- 75 - Organização e métodos - Serviços de "entrada" e de "conta". (Instruções a observar pelas repartições da Contabilidade Pública na utilização dos respectivos impressos, aprovadas por despacho ministerial de 29 de Junho de 1954).
- 76 - Preparação de formadores de pessoal para a execução de novas técnicas, pelo Dr. Aureliano Felismino. (Esgotada).
- 77 - Aspectos económicos e financeiros do Orçamento do Ministério das Obras Públicas - pelo segundo-oficial Diogo Pires Neves. (Esgotada).
- Em 1965:
- 78 - Elementos de planificação administrativa - pelo primeiro-oficial João Maria da Silva. (Esgotada).
- 79 - Organização e Métodos - Serviço permanente de correio (Estudo). (Esgotada).
- 80 - Les nouvelles Techniques de Préparation et d'Aménagement du Budget.
- 81 - Pratiques Administratives appliquées à la Direction Générale de la Comptabilité Publique du Portugal.
- Em 1966:
- 82 - Subsídio eventual de custo de vida.
- 83 - Normalização de informações e forma de apresentação de processos (2^a. edição corrigida e aumentada). (Esgotada).
- Em 1967:
- 84 - Integração Económica Nacional - pelos Chefes de Secção Manuel Marques de Almeida e Manuel Martins Saraiva.
- 85 - Normalização de expediente dos Serviços do Estado para a Direcção-Geral da Contabilidade Pública (Propostas, ofícios e outro expediente de uso geral ou restrito).
- 86 - Subsídio eventual de custo de vida - 2^a. parte.
- 87 - Aptidão individual para o exercício de funções de chefia - pelo Chefe de Secção João Maria da Silva.
- 88 - Despesas com as forças militares extraordinárias destacadas nas províncias ultramarinas - pelo Dr. Aureliano Felismino.
- 89 - Aperfeiçoamento orgânico e funcional dos mercados monetário e financeiro - pelo Chefe de Secção Manuel Marques de Almeida.
- Em 1968:
- 90 - Actes de gestion du personnel qui favorisent la coopération interministerielle, pelo Dr. Aureliano Felismino.
- 91 - Casos Técnicos Especiais.
- 92 - Subsídio eventual de custo de vida - 3^a. parte.
- 93 - Recours à des Experts et Conseillers - pelo Dr. Aureliano Felismino.
- 94 - Missão do Ministério das Finanças - pelo Dr. Aureliano Felismino.
- 95 - Na base: dirigentes, chefes e executantes capazes.
- 96 - Evolução da técnica mecanográfica resultante da utilização de ordenadores electrónicos, por Dario Gonçalves, Director dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças.
- 97 - Pensões a cargo do Ministério das Finanças, pelo Chefe de Secção Armando Furtado Saraiva.
- 98 - Abono de Família aos Servidores do Estado, pelo Dr. Jorge Naves, Chefe da Repartição do Abono de Família e das Pensões.
- 99 - Despesas com obras, aquisições e outros encargos, dos Serviços do Estado.
- 100 - A Desvalorização do Esterlino, pelo Chefe de Secção Luís Gonzaga Fernandes Tavares.

Em 1969:

- 101 - Conta Geral do Estado - Mecanização da "Conta de Pagamentos" - 1^a. fase "Controle" Mecanográfico dos Pagamentos - Eliminação do "Averbamento", por Dario Gonçalves, Director dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças.
- 102 - Simplificação Administrativa no âmbito da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.
- 103 - INSTRUÇÕES para o processamento de folhas de despesa e requisições de fundos.
- 104 - Equilíbrio e execução orçamental, pelo Chefe de Secção João Maria da Silva.
- 105 - O Elemento Humano na vida profissional dos funcionários, pelo Chefe de Secção António Leal Telo.
- 106 - A Preparação Técnica dos Funcionários em Face do Desenvolvimento dos Serviços, pelos primeiros-oficiais Francisco de Jesus Nunes, João Maria Serejo e Carlos Neves Gomes.
- 107 - Balança Económica Nacional - Suas Determinantes, pelos chefes de secção Manuel António Cordeiro Ferreira e Aires da Graça Baptista.

Em 1970:

- 108 - Tabelas de Abonos e Descontos aos Funcionários do Estado e Principais Regras a Observar no seu cálculo e no Processamento das Respectivas Folhas.
- 109 - Tabelas de Abonos e Descontos aos Funcionários Colocados nos Serviços Descentralizados do Ministério das Finanças e Principais Regras a Observar no Seu Cálculo e no Processamento das Respectivas Folhas.
- 110 - Tabelas de Abonos e Descontos ao Pessoal do Ensino Primário e Principais Regras a Observar no seu Cálculo e no Processamento das Respectivas Folhas.
- 111 - Tabelas de abonos e descontos aos funcionários colocados nos serviços descentralizados do Ministério das Obras Públicas e principais regras a observar no seu cálculo e no processamento das respectivas folhas.
- 112 - Esboço de um balanço do Estado por variações patrimoniais - Sua aplicação à gerência de 1969, pelo chefe de secção Fernando Pereira Simões.
- 113 - Nova Classificação de Receitas e Despesas Públicas, pelo Chefe da 5^a. Repartição Joaquim das Neves Santos.
- 114 - Pesquisa de novas técnicas, pelo grupo de trabalho presidido pelo Adjunto do Director-Geral da Contabilidade Pública, Dr. Sabino Silva da Costa Teixeira.
- 115 - A DesvalORIZAÇÃO do Esterlino - 2^a. parte. - Coordenação do Chefe de secção, António Cordeiro de Mendonça Freitas.

Em 1971

- 116 - Balanço da Tesouraria do Estado Ensaio com referência a 31 de Dezembro de 1969. Pelo Chefe de Repartição, Luís das Neves Alvares.

B) OUTRAS ACTIVIDADES

PALESTRAS PROFISSIONAIS destinadas aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de primeiros-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, realizadas no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Em 1946:

CURSO de preparação dos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1948:

EX-LIBRIS do Gabinete de Estudos.

Em 1949:

CURSOS de preparação dos opositores aos concursos para preenchimento de vacaturas de primeiros e segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1951:

PALESTRAS PROFISSIONAIS destinadas aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1953:

CURSOS de aperfeiçoamento para opositores aos concursos para preenchimento de vacaturas de primeiros e segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1955:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1957:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de primeiros-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

PALESTRA subordinada ao título: "O fundador do Gabinete de Estudos António José Malheiro", proferida em 14 de Junho pelo Director-Geral da Contabilidade Pública, na inauguração de uma sala de cursos.

I SEMINÁRIO para opositores ao concurso para chefes de secção.

Em 1958:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1959:

II SEMINÁRIO para apreciação e discussão do trabalho do primeiro-oficial Luís Gonzaga Fernandes Tavares, subordinado ao título: "Novas perspectivas no domínio da ciência das finanças". PALESTRA subordinada ao título: "Valorização profissional do pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública", proferida pelo Chefe da 12^a. Repartição, Dr. Henrique Dáries Louro. COLÓQUIO entre os chefes de secção da Conta sobre métodos de conferência de recibos, das Contas de pagamento e averbamento das autorizações expedidas.

Em 1960:

PALESTRA subordinada ao título: "A simplificação efectuada no orçamento de 1960 nos agrupamentos das receitas públicas", proferida pelo Chefe da 1^a. Repartição, Joaquim das Neves Santos. PALESTRA subordinada ao título: "O problema da mecanização do processamento dos abonos dos servidores e pensionistas do Estado", proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves. "Construir o futuro sobre as posições conquistadas" - palavras proferidas em 27 de Abril pelo Dr. Aureliano Felismino, na Sala de Cursos Prof. Dr. Costa Leite (Lumbralles). PALESTRAS proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública da Suíça, Dr. Maurice Heimann. COLÓQUIO entre os Chefes das Secções de Liquidação sobre métodos a seguir na conferência de fólias (das 2^a. e 3^a. classes de despesas) e de requisições de fundos.

Em 1961:

PALESTRA subordinada ao título: "Ainda a propósito da valorização profissional do pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública", proferida pelo Dr. Henrique Daries Louro, como Presidente da Comissão de Leitura designada para apreciar os trabalhos apresentados por funcionários da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. PALESTRA subordinada ao título: "Organização e métodos - Algumas notas", proferida pelo Chefe da Repartição Central, Dario Gonçalves. "Orientação do novo programa de concursos e realização das respectivas provas" - palavras proferidas pelo Director-Geral da Contabilidade Pública na Sala de Cursos Prof. Dr. Costa Leite (Lumbralles). SESSÕES DE ESTUDO - ENCONTROS - para opositores aos concursos para preenchimento de vacaturas de primeiros e segundos-oficiais. PALESTRA subordinada ao título: "Contabilidade do Estado: Balanço (ponto do programa do concurso para chefes de secção)", proferida pelo Chefe da 2^a. Repartição, Raul da Silva Baptista. PALESTRA subordinada ao título: "A classificação das despesas públicas e a progressão do sector extraordínário", proferida pelo Chefe da Repartição da Conta, Joaquim das Neves Santos, e dirigida aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública. PALESTRA subordinada ao título: "Alguns subsídios para facilitar o estudo dos seguintes pontos: Balança Comercial e Balança de Pagamentos; Rendimento Nacional (Noções)", proferida pelo Chefe da Repartição da Conta, Joaquim das Neves Santos, e dirigida aos opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de chefes de secção do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1962:

PALESTRA subordinada ao título: "Trabalhos dactilográficos - Alguns conselhos para o seu aperfeiçoamento", proferida pelo Chefe da Repartição do Abono de Família e das Pensões, Dario Gonçalves.

CURSO de preparação para os aspirantes opositores ao concurso para terceiros-oficiais.

Em 1965:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de primeiros-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em 1966:

COLÓQUIO entre os chefes de secção da Conta sobre revisão e actualização das matérias tratadas nos colóquios de 1959 e 1960.

SESSÃO DE ESTUDO - Encontro - para opositores ao concurso para preenchimento de vacatas de chefes de secção.

Em 1968:

PALESTRA subordinada ao título: "Evolução da Técnica Mecanográfica resultante da utilização de ordenadores electrónicos", proferida por Dario Gonçalves, Director dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças.

Em 1969:

PALESTRA subordinada ao título: "Conta Geral do Estado - Mecanização da "Conta dos Pagamentos" - 1^a. fase "Controle Mecanográfico dos Pagamentos" - Eliminação do "Averbamento", proferida por Dario Gonçalves, Director dos Serviços Mecanográficos do Ministério das Finanças.

Em 1970:

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de segundos-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

CURSO de aperfeiçoamento para opositores ao concurso para preenchimento de vacaturas de primeiros-oficiais do quadro da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

PALESTRA do Chefe da 5^a. Repartição, Joaquim das Neves Santos, sobre a posição dos estudos da revisão estrutural do Orçamento Geral do Estado.

PALESTRA do Chefe da 5^a. Repartição, Joaquim das Neves Santos, sobre a nova classificação das receitas e despesas públicas, em projecto, seguida de troca de impressões.